

Pelo Brasil

Ministro do STF nega liminar a bancos

Agência Brasil

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski negou, ontem, liminar pedida pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) para suspender qualquer decisão judicial que tenha por objeto a reposição de possíveis perdas em decorrência dos planos econômicos e monetários editados pelo governo brasileiro de 1986 a 1991 - planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II - até que o STF unifique sua jurisprudência sobre o tema.

Segundo a Consif, estão em curso na Justiça estadual e federal mais de 550 mil ações, entre processos individuais e coletivos, reclamando o pagamento de diferenças de correção de cadernetas de poupança. O custo potencial de tais ações atingiria mais de R\$ 180 bilhões.

O ministro relator encaminhou o processo à Procuradoria Geral da República e só após receber parecer daquele órgão vai decidir sobre a admissibilidade da ação ajuizada pela Consif.

Chega ao Rio americano que disputa guarda do filho

Agência Brasil

Rio de Janeiro - Já está no Rio de Janeiro, para fazer exames pedidos pela Justiça brasileira, o modelo americano David Goldman, que disputa a guarda do filho que teve com a brasileira Bruna Bianchi, que morreu no ano passado.

Na última terça-feira, o assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pretende tratar da disputa pela guarda da criança durante o encontro com o presidente americano Barack Obama, que acontecerá, amanhã, em Washington.

O grupo que mantém um site bilíngue de apoio a David Goldman organiza uma manifestação em frente à Casa Branca durante o encontro entre os dois presidentes. Eles pretendem fretar três ônibus para levar 200 manifestantes de New Jersey e Nova York até Washington. Mas Goldman não deverá estar presente.

Ele tenta recuperar a guarda do filho desde 2004, quando Bruna viajou para o Rio durante uma visita aos pais e não voltou aos Estados Unidos. Em agosto do ano passado, ela morreu durante o nascimento da primeira filha com o novo marido, o advogado João Paulo Lins e Silva, que hoje detém a guarda do garoto.

Goianá terá voos comerciais em um ano

• Quatro empresas demonstraram interesse em administrar Aeroporto Regional

Quase oito anos depois do início das construções do Aeroporto Regional da Zona da Mata, o futuro promissor do terminal começa a ser recuperado. O projeto que norteará a privatização do Aeroporto foi apresentado na tarde de ontem, em audiência pública realizada no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) em Juiz de Fora. De acordo com a proposta da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop), o terminal pode estar funcionando comercialmente dentro de um ano.

O documento apresentado pelo superintendente de Controle Interno de Outorgas do Estado, Diogo Prosdócimi, prevê o pagamento de outorga de pelo menos R\$31,2 milhões ao Estado para a concessão do direito de exploração dos serviços aeroportuários e administrativos do terminal da Zona da Mata por 20 anos (R\$1,6 milhões anuais). A Setop estima que a empresa vencedora de processo licitatório terá receita de R\$660 milhões durante o período — R\$33 milhões por ano — e precisará investir R\$125 milhões na infraestrutura do terminal.

O aviso de licitação deve ser



LUIZ CARLOS DUARTE

• Audiência pública, realizada em Juiz de Fora, discutiu futuro do terminal

publicado no Diário Oficial do Estado em aproximadamente um mês. A partir daí, devem correr pelo menos quatro meses até que o processo seja encerrado e o contrato com a empresa vencedora assinado. A operadora terá, então, seis meses para os trabalhos iniciais, depois dos quais deverá começar a operar voos comerciais. Segundo o subsecretário estadual de Transportes, Fabrício Torres Sampaio, quatro firmas já manifestaram interesse em concorrer à concessão.

O projeto prevê, ainda, que o terminal de passageiros funcione 12 horas por dia, enquanto o de cargas, deverá ser operado por 24 horas. Em três anos, os procedimentos para a internacionalização deverão estar concluídos.

— O Aeroporto Regional da Zona da Mata deverá funcionar como eixo de transporte logístico de cargas, integrando a região ao resto do

País, com vistas e pretensões internacionais — afirmou Sampaio.

Atualmente, o terminal — construído entre 2001 e 2006 — tem autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para operar voos visuais diurnos, recebendo pequenas aeronaves e voos regulares de uma empresa de transporte de valores. Para que possa operar viagens comerciais, o Aeroporto precisa ser homologado para voos noturnos.

Durante o evento, o prefeito de Juiz de Fora, Custódio Mattos, afirmou que o desenvolvimento de Juiz de Fora está intimamente ligado ao crescimento regional e, assim, às questões econômicas que serão impulsionadas pelo pleno funcionamento do terminal.

— O dinheiro público investido no Aeroporto Regional há de ser imediatamente revertido em renda e desenvolvimento para a região — enfatizou.

Nova estrada ainda gera preocupações

Durante a audiência pública, que reuniu lideranças empresariais e políticas, entidades de classe e representantes dos municípios afetados pelo funcionamento do Aeroporto Regional da Zona da Mata, a preocupação com as obras de construção da rodovia que ligará a BR-040 ao terminal mostrou-se uma constante.

Localizado na MG-353, entre as cidades de Goianá e Rio Novo, a 40 quilômetros de Juiz de Fora, o Aeroporto não receberá mais investimentos do Estado, que promete concentrar seus esforços em obras de apoio, como a construção da estrada de ligação. Os recursos para a primeira etapa de obras, a ser realizada em trecho

que vai da Barreira do Triunfo a Coronel Pacheco, já foram disponibilizados pelo Governo do Estado. Segundo o subsecretário estadual de Transporte, Fabrício Torres Sampaio, o processo está em fase de análise de licitação e as obras devem começar nos próximos meses.

No entanto, o projeto ainda depende de licença ambiental, já que o trajeto previsto passaria sobre a represa João Penido, podendo comprometer a qualidade da água que abastece Juiz de Fora. A Prefeitura já teria preparado nova proposta, com percurso alternativo, a ser construído com mesmo orçamento.